



Repórteres das águas

Com membranas entre os dedos e pelagem isolante, *Lontra longicaudis* passa boa parte da vida no ambiente aquático

Pesquisa e educação ambiental ajudam a produzir conhecimento e conscientização sobre lontras brasileiras

MARIA GUIMARÃES

As lontras vivem entre mundos. Entre o terrestre e o aquático, entre o natural e o que sofre influência das atividades humanas. Nessa interface, elas são registros vivos desses impactos, sofrem suas consequências e precisam de proteção. Na água doce, alimentam-se de peixes; no mar e em manguezais diversificam a dieta, comendo também caranguejos e outros crustáceos. Na lagoa do Peri, em Florianópolis, Santa Catarina, o Projeto Lontra há 40 anos se dedica a observar esses mamíferos da espécie *Lontra longicaudis*, colher dados sobre sua ecologia e conscientizar a população a respeito de seus encantos.

Em balanço publicado em janeiro na revista *Estuarine Management and Technologies*, seu fundador, o oceanógrafo Oldemar Carvalho Junior, afirma a necessidade de unir ciência, tecnologia e relações sociais para remendar o tecido ecológico e relata uma queda na população de lontras na lagoa do Peri – percepção que precisaria ser verificada por um estudo mais aprofundado. Para albergar o projeto, ele criou o Instituto Ekko Brasil, que faz parcerias com universidades e mantém uma pesquisa constante por meio de subprojetos.

Visivelmente apaixonada pelos animais, a bióloga e engenheira de aquicultura Alessandra Bez Birolo, gerente de projetos no Instituto Ekko Brasil, afirma que a lontra “é uma mensageira da saúde do ecossistema”. Não restritos à lagoa do Peri, os animais da região costumam circular por toda a ilha de Florianópolis, que tem 155 quilômetros (km) de ponta a ponta, onde houver ambientes estuarinos – locais nos quais a água do mar se mistura com a de rios. Mortas a tiros, atropeladas por carros e embarcações e presas em redes de pesca, elas são vítimas da ação humana cujos efeitos o projeto vem detectando, como

a pesquisadora descreveu em artigo na mesma edição da *Estuarine Management and Technologies*. Na lagoa do Peri, 66% dos animais são portadores do parasita *Toxoplasma gondii*, causador da toxoplasmose, comum em gatos domésticos. No vale do Itajaí, conta Birolo, as lontras sofrem intoxicação por metais pesados acumulados nos peixes e por agrotóxicos que escoam das plantações, um indício do que acontece com as águas. O lugar que os animais frequentam ou evitam é uma informação reveladora sobre a saúde local.

A bióloga participa do projeto desde 2003 e descreve Carvalho Junior como um visionário, que começou o trabalho com o objetivo de traduzir a informação ecológica para quem não tinha acesso a esse conhecimento, como os ribeirinhos e indígenas que vivem na região. O Instituto Ekko Brasil também cuida de animais feridos e, quando possível, devolve-os à natureza, reforçando as populações.

Em sua sede na beira da lagoa, o projeto tem um programa de visita guiada aberto ao público e recebe visitas de escolas e universidades. Voluntários que podem doar tempo de trabalho e ajudar a levantar dados, enquanto usufruem da oportunidade de se familiarizar com os curiosos mamíferos, colhendo suas fezes para análise laboratorial e anotando observações sobre seu comportamento. “Saímos de caiaque de manhã cedo, quando os animais estão ativos, e com ajuda de binóculos procuramos indícios de sua presença na água, nas margens e nos costões rochosos”, conta. A visita acontece de manhã e no fim da tarde, com atenção para não perturbar atividades sensíveis, como o cuidado das mães às proles, que se desenvolvem por três meses em terra firme antes de se aventurar na água. Em algumas tocas a equipe instalou armadilhas fotográficas, capazes de capturar imagens sem incomodar os animais.

Para Birolo, o monitoramento coletivo, que envolve voluntários e visitantes, é importante como mobilização social e tem um papel que transcende a pesquisa em laboratório. “As pessoas entendem a própria importância na conservação das lontras”, diz ela, atualmente estudante de doutorado no Programa de Pós-graduação em Energia e Sustentabilidade (PPGES) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), unindo sustentabilidade e aspectos sociais. “Nosso maior bem é a água; a lontra é a comunicadora, a repórter dos ambientes aquáticos.”

Os pesquisadores do Projeto Lontra estão no processo de elaborar um índice de saúde das lontras, com base em quatro parâmetros: frequência de fezes como indicação de abundância, carga toxicológica, conectividade do habitat e percepção da comunidade por meio de entrevistas. “É preciso que seja replicável, senão não faz sentido”, diz a bióloga, completando que a ferramenta poderá ser adaptada a condições locais em outras regiões. As ameaças também mudam ao longo do tempo. Até os anos 1980, as lontras eram muito caçadas para usar suas peles para fazer estolas e casacos. Em consequência da conscientização por movimentos ambientalistas

e da proibição em muitos países – no Brasil, inclusive – do uso de peles de animais silvestres, esse quadro mudou.

Não é só na lagoa do Peri que as lontras parecem estar contraindo doenças de animais domésticos. Em amostras de sangue de seis lontras, a veterinária Greice Gonchoroski encontrou anticorpos contra cinomose e parvovirose, ambas doenças caninas, além de toxoplasmose. O estudo foi feito na Estação Ecológica do Taim, nos municípios gaúchos de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, como parte de seu mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para colher o sangue, ela usa armadilhas do tipo tomahawk, que são como gaiolas cuja porta se fecha quando o animal entra e pisa em uma plataforma, embora sejam raras as lontras incautas que entram (para outros animais, o sistema funciona bem). “A cada 100 noites de armadilha, pegamos uma”, conta ela, o que explica a amostragem limitada. É preciso sedar o bicho antes de abrir a armadilha, para evitar estresse. Os resultados foram descritos em artigo publicado em julho de 2025 na revista científica *Frontiers in Mammal Science*, que também avaliou a coincidência com animais domésticos e registrou, por meio de armadilhas fotográficas, cães, gatos e lontras passando pelo mesmo lugar.

A veterinária conta que o interesse ecológico é raro na pesquisa veterinária e explica que não é necessário os animais se encontrarem para que as doenças sejam transmitidas. Os vírus e parasitas permanecem no ambiente nas fezes e na água, diz ela. Falta averiguar que efeitos as doenças têm nas lontras, mas ela infere a possibilidade de impactos neurológicos e danos ao sistema imunológico, com base no que se observa em outros

À vontade no Pantanal (1) e na Estação Ecológica do Taim (3), lontras criam filhotes (2) em terra firme



animais. Gonchoroski agora está conduzindo estudo semelhante no pantanal com outro tipo de lontra, a ariranha (*Pteronura brasiliensis*).

“O grande problema dos animais selvagens é que conhecemos pouco sobre quais patógenos os afetam”, completa o veterinário Estevam Lux Hoppe, coordenador do Laboratório de Enfermidades Parasitárias e Zoonoses (LabEPar), do *campus* de Jaboticabal da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Seu grupo analisou fezes de ariranhas (38 amostras) e lontras (apenas quatro) do Pantanal em busca de caracterizar as doenças comuns “antes que seja tarde”, de acordo com o artigo científico publicado em setembro de 2025 na *Frontiers in Mammal Science*. Para o pesquisador, o ponto mais importante foi usar uma abordagem moderna, com técnicas moleculares, que raramente são empregadas em estudos parasitológicos com foco veterinário. “A helmintologia [estudo dos vermes] costuma ser mais artesanal, mas estamos lançando bases para estudos futuros.”

Hoppe explica que a ariranha está restrita às regiões Centro-Oeste e Norte, mas a lontra é mais versátil e por isso enfrenta maiores desafios por impactos antrópicos ao longo da sua distribuição. Ali no Pantanal, no entanto, seu hábitat permanece mais protegido. O estudo detectou uma sobreposição entre os tipos de parasitas encontrados nas duas espécies, mas a comparação é dificultada pela diferença no número de amostras que foi possível obter durante a duração do estudo. “Os projetos acadêmicos precisam ter começo, meio e fim”, define. Isso impõe restrições e uma realidade diferente do que acontece em organizações não governamentais (ONG). Os papéis acabam sendo, assim, complementares. O grupo da Unesp pretende continuar a parceria com o Projeto Ariranha, que atua na região e pode continuar as coletas, o que deve permitir continuar o estudo.

Para o biólogo Marcelo Rheingantz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a atuação do Projeto Lontra cumpre um papel importante de conscientização e conservação. “Eles podem fornecer subsídios principalmente no que diz respeito às relações entre os animais e os seres humanos”, completa. Coordenador do Grupo de Especialistas



em *L. longicaudis* na União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), ele é reconhecido como um dos grandes conhecedores desses animais, embora atualmente não esteja conduzindo projetos de pesquisa com essa espécie.

O papel da IUCN é mapear a existência das espécies, identificando problemas e oferecendo subsídios para traçar políticas públicas de proteção. As lontras estão agora em um momento de encruzilhada, desde que foi proposta uma divisão da espécie em duas distintas, pelo grupo do biólogo Eduardo Eizirik, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em publicação de 2024 na revista científica *Journal of Mammalogy*. Segundo essa proposta, ainda não validada pelo grupo de especialistas, *L. longicaudis* viveria da bacia amazônica para o sul, até a Argentina. As lontras do norte, incluindo uma parte dos Andes até 4 mil metros de altitude, o Caribe e as zonas costeiras do México, passariam a se chamar *L. annectens*.

Entre os pesquisadores a percepção geral é de que essa redefinição pode mudar o *status* de conservação das lontras, atualmente consideradas não ameaçadas. Rheingantz ainda não sabe quando essa deliberação será feita na IUCN, mas é provável que seja necessário antecipar a reavaliação periódica, que normalmente não aconteceria antes de 2030. “Embora elas existam em boa parte dos rios perenes da Amazônia, da Mata Atlântica e do Cerrado, as ameaças locais vêm crescendo”, afirma Rheingantz, destacando ações humanas que deterioram a qualidade da água. Birolo, do Ekko Brasil, ressalta que a lontra habita o bem comum. Ou seja: o que é bom para elas, também é saudável para os outros organismos (o humano incluso). ●

De distribuição mais restrita, a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) também reflete a saúde do ambiente

Os artigos científicos consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.